

DETERMINANTES DO SUCESSO DO EMPREENDIMENTO INFORMAL: UMA ANÁLISE POR REGIÃO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO – 1997-2003¹

DETERMINANTS OF THE SUCCESS OF THE INFORMAL FIRM: AN ANALYSIS BY REGION AND POSITION IN THE OCCUPATION – 1997-2003

*Juliana Rodrigues Vieira**

RESUMO

Este artigo investiga os determinantes do sucesso do empreendimento no setor informal, focalizando as diferenças entre as categorias trabalhador por conta própria e empregador, bem como as disparidades regionais desse segmento. O trabalho compreende uma análise descritiva, para os anos 1997 e 2003, e econométrica desses indivíduos, realizada apenas para o último ano, utilizando como fonte de dados a Economia Informal Urbana (ECINF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os principais resultados indicam uma desvantagem relativa para os indivíduos que residem no Nordeste em relação às demais regiões brasileiras, indicando, assim, a necessidade de se criarem mecanismos que objetivam amenizar essa situação. A existência da discriminação do mercado de trabalho foi evidenciada ao serem analisados os atributos pessoais, em que se constatou que indivíduos do sexo masculino e de cor branca auferem maiores rendimentos em relação a mulheres e não-brancos. Verificou-se também que indivíduos que atuam no setor de comércio ou serviços e receberam auxílio financeiro tendem a receber melhores rendimentos, o que favorece o sucesso do empreendimento.

Palavras-chave: Setor Informal; Disparidades Regionais; Rendimento do Trabalho.

ABSTRACT

This article investigates the determinants of the success of the company in the informal sector, focusing the differences between the categories by self-employed and employer, as well as the regional disparities of that segment. The work includes

¹ Agradeço à professora Ana Flávia Machado por me orientar na realização deste trabalho.

* Graduanda em Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista do CNPq com o projeto “Determinantes da Ocupação e da Permanência no Setor Informal no Brasil”. E-mail: juliana@cedeplar.ufmg.br.

a descriptive analysis, for 1997 and 2003 years, and an econometric approach of those individuals, take only for the last year, utilizing the database Urban Informal Economy (ECINF), carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The main results indicate a relative disadvantage for the individuals who live in Northeast in relation to others Brazilian regions. This indicates, therefore, the need of mechanisms that smooth the situation. The discrimination in labor market was shown up by the analysis of the personal attributes. It was shown that men and white people earn bigger income in relation to women and nonwhite people. It was also verified that individuals that work in trade or service sector and received financial aid tend to receive better earnings, what favors the success of the firm.

Keywords: Informal Sector; Regional Disparities; Labor Earnings.

I. INTRODUÇÃO

A discussão a respeito do setor informal é algo que remete tanto aos países em desenvolvimento quanto aos desenvolvidos (MACHADO, 1993; CACCIAMALI, 1983). Nestes, o surgimento desse segmento é “atribuído à reestruturação industrial e às redefinições do papel do Estado” (MACHADO, 1993).

O desenvolvimento da produção capitalista em países de desenvolvimento tardio se concretizou de forma acelerada e desordenada, conduzindo a um processo de criação e destruição de diversos ramos de produção, e, conseqüentemente, levando a uma segmentação da produção, a qual caracteriza-se por uma diversificação da estrutura produtiva e das atividades dos trabalhadores (MACHADO, 1993; CACCIAMALI, 1983).

Esse padrão de desenvolvimento culminou, assim, em diversas distorções em termos de emprego, renda, oportunidades, crescimento, dentre outras, as quais abriram espaço para o surgimento de um setor, que, funcionando como um “colchão amortecedor” desses desequilíbrios, absorve parte da mão-de-obra, mas também reflete a precariedade existente em termos de emprego e subemprego (MACHADO, 1993; CACCIAMALI, 1983).

Assim, dada a capacidade do setor informal em absorver o excedente de mão-de-obra, criado pelo processo de desenvolvimento capitalista e intensificado por fatores econômicos e demográficos, esse segmento passa a ser visto como complementar ao formal, possibilitando a geração de postos de trabalho e rendimentos (MACHADO, 1993; CACCIAMALI, 1983). A expansão desse setor, portanto, está condicionada ao crescimento desse excedente e está subordinada ao processo de desenvolvimento capitalista (CACCIAMALI, 1983).

Entretanto, essa situação possibilita a existência de um hiato salarial entre trabalhadores inseridos nos setores informal e formal da economia negativo para aqueles indivíduos que atuam naquele segmento (ANTIGO et al., 2006; RISSMAN, 2003). São vários os determinantes apontados que levam um indivíduo a migrar da situação de formal para a de informal. Dentre os condicionantes do nível de informalidade, encontram-se, segundo Noorderhaven et al. (1999), a insatisfação com a vida e com o padrão de trabalho, os quais apresentam forte efeito positivo sobre essa variável, e entrada das mulheres no mercado de trabalho, que apresenta correlação negativa com o nível de informalidade.

A relação taxa de desemprego/setor informal é apontada em diversos trabalhos como um dos principais fatores que interferem na decisão de atuar nesse ramo (MACHADO et al., 2005; RISSMAN, 2003; BLANCHFLOWER, 2004). Observa-se que a fuga do desemprego exerce influência significativa sobre a decisão de se inserir nesse segmento, ou seja, a necessidade de complementar a renda em períodos de desemprego associada tanto à falta de oportunidades observadas no setor formal como a observação de melhores oportunidades naquele segmento em relação a este conduz o indivíduo ao segmento informal (RISSMAN, 2003).

Outros fatores apresentados na literatura que justificam a entrada nesse setor são:

O histórico familiar na atividade, a experiência profissional progressiva como assalariado, a possibilidade de auferirem rendimentos mais elevados do que como empregados, a flexibilidade de jornada de trabalho, a independência de uma hierarquia dentro de empresas e a liberdade quanto à escolha de um local de trabalho, dentre outros (MACHADO et al., 2005).

O acesso a crédito, por sua vez, é um fator considerado tanto como determinante da entrada como da sobrevivência do negócio (RISSMAN, 2003; MACHADO et al., 2005; NÉRI E GIOVANINI, 2005).

Por outro lado, a presença do benefício Seguro-Desemprego atua como um fator que dificulta a entrada do indivíduo no setor informal visto que sua presença o encoraja a aumentar seu salário de reserva (RISSMAN, 2003).

Assim, este artigo destina-se a investigar as disparidades existentes no setor informal, na região Nordeste em relação ao Brasil, amparando-se, para tanto, em uma avaliação dos determinantes do desempenho do empreendimento, avaliado com base no rendimento médio do trabalhador. Serão compreendidos, nessa análise, apenas os trabalhadores por conta própria e empregadores, que atuam no setor informal da economia. A fonte de dados utilizada na análise será a Economia Informal Urbana (ECINF), realizada pelo IBGE para os anos de 1997 e 2003.

1.1 FONTE DE DADOS

Este trabalho utilizou como fonte de dados básica a Economia Informal Urbana (ECINF), realizada pelo IBGE nos anos de 1997 e 2003. Dentre os objetivos dessa pesquisa, destaca-se o de mensurar a dimensão do setor informal na economia e avaliar o peso desses empreendimentos em termos de geração de postos de trabalho e rendimento.

O setor informal é delimitado a partir da unidade econômica, cuja produção se realiza em pequena escala, com baixo nível de organização e pela inexistência de separação entre capital e trabalho. A pesquisa não considera como parte integrante desse universo as atividades voltadas à produção para autoconsumo e, desse modo, consideraram-se apenas atividades não-agrícolas, adotando-se, portanto, um recorte urbano e metropolitano. Além disso, a pesquisa não considera a “população de rua” devido às características específicas desse grupo.

A ECINF foi realizada em duas etapas. Na primeira, listagem, foi realizado um cadastro dos domicílios, situados nos setores selecionados para a amostra, em que residiam proprietários de unidades produtivas informais, e, na segunda, foram realizadas as entrevistas nos domicílios.

I.2 CONSTRUÇÃO DA BASE DE DADOS

Desse banco de dados foram excluídos os indivíduos com idade inferior a 17 anos e superior a 65 anos, mantendo-se apenas aqueles que se encontram em idade ativa, que possuem horas trabalhadas e rendimentos não-nulos.

A variável referente ao rendimento mensal foi deflacionada com base no INPC, encontrando-se a preços de 1993. A partir dela criou-se a variável “classe dos rendimentos mensais”, que possui oito categorias criadas com base no salário mínimo em 2003 (R\$240,00).

Considerou-se, neste trabalho, como indivíduos “brancos” aqueles de cor branca ou amarela, e os “não-brancos” os de cor preta ou parda, e a partir disso construiu-se a variável “cor”.

A variável “região” foi criada a partir da variável “Unidade da Federação”, do questionário da ECINF, e envolve as cinco macrorregiões brasileiras: Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

A variável “Tamanho do Empreendimento” foi originada a partir da pergunta, do dicionário, referente à quantidade de pessoas que trabalharam no negócio, excluindo o informante e os trabalhadores em domicílio. Essa variável divide os empreendimentos onde trabalham até cinco indivíduos daqueles em que trabalham acima de seis pessoas.

Além dessas foram construídas outras variáveis utilizadas no modelo econométrico:

- **Inrendhor** – variável criada a partir da divisão do rendimento real mensal, pela quantidade de horas trabalhadas no mês;
- **sexo** – *dummy* que assume valor zero para mulheres;
- **idade2** – criada a partir da variável idade e busca refletir o efeito dos anos de experiência no ramo;
- **nqualif** – criada a partir da informação referente ao nível de instrução, assume valor um se o indivíduo possui até o primeiro grau completo e zero, em caso contrário;
- **chefe** – criada a partir da variável “Condição na Unidade Domiciliar” e recebe valor um para aqueles que são chefes;
- **metrop** – *dummy* para região metropolitana que recebe valor zero para aqueles que se encontram fora da região metropolitana;
- **local** – variável categórica cuja base de referência é o indivíduo que realiza as atividades fora do domicílio;
- **equip** – *dummy* para utilização de equipamentos;
- **dívida** – *dummy* para aqueles que possuem alguma dívida ativa;
- **sind** – variável binária para indivíduos filiados a algum sindicato;
- **afinanc** – criada a partir da variável “Tipo de Assistência Recebida”, e recebe valor um para assistência financeira;
- **recpropios** – criada a partir da variável “Principal Origem do Capital”, recebe valor um caso tenha sido proveniente de recursos próprios;
- **grupativ** – *dummy* para grupo de atividade, originada a partir de informações referentes à atividade do negócio, assume valor um caso o indivíduo atue no comércio ou serviços;
- **nordeste** – criada a partir da variável região, assume valor um para o Nordeste.

Após esses procedimentos, o banco construído para o ano de 1997 contém 7.002 observações e o de 2003 contém 27.564. Uma vez que o número de observações é diferente, sendo o de 2003 aproximadamente quatro vezes maior que o de 1997, não será possível apresentar uma análise de caráter comparativo.

I.3 ANÁLISE DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS SELECIONADAS

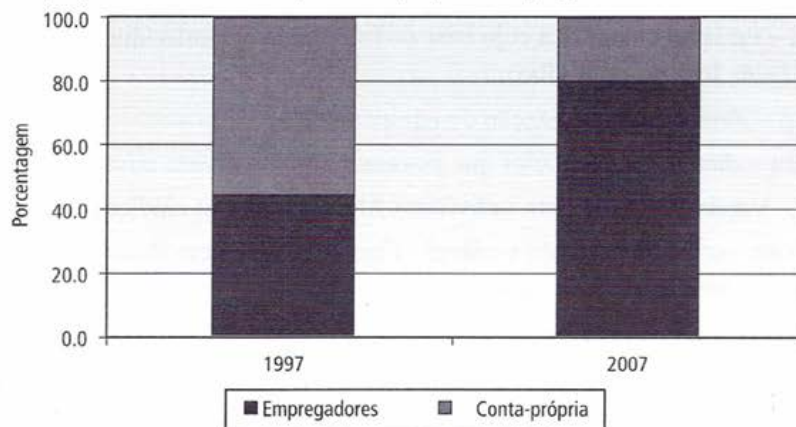
Essa seção destina-se a apresentar uma análise descritiva das principais características tanto dos trabalhadores que atuam no setor informal² como dos seus empreendimentos. Assim, primeiramente, a análise centra-se nos atributos pessoais desses indivíduos e, posteriormente, nas atividades por eles exercidas.

A – Características Pessoais

De acordo com os dados da ECINF, Gráfico 1, em 1997, os empregadores constituíam a maior parte do setor informal, ou seja, representavam, aproximadamente, 55% desse universo. Por sua vez, em 2003, a maioria desse segmento era constituída pelos trabalhadores por conta própria, os quais representavam, aproximadamente, 80%.

GRÁFICO 1

Proporção de trabalhadores por conta própria e empregadores – 1997 e 2003



Fonte: ECINF.

Analisando-se os atributos pessoais desses grupos ocupacionais, observa-se que, em 1997, a maior proporção de trabalhadores do setor informal, para ambas posições, era representada pelos homens, muito embora a diferença seja mínima. Esse quadro se repete em 2003, com uma pequena queda do diferencial provocada pelo acréscimo na proporção de mulheres. Ressalta-se que esse resultado vai de encontro ao observado na

E-mail: juliana@cedeplar.ufmg.br.

literatura internacional de que a maior parte de trabalhadores informais é constituída por mão-de-obra masculina (BLANCHFLOWER, 2004). Todavia, entre 1997 e 2003, a diferença entre os sexos caiu, aproximadamente, 51% para os trabalhadores por conta própria e 59% para os empregadores, indicando uma tendência de convergência entre os sexos.

Constata-se ainda que, em 1997, cerca de 61% das mulheres que trabalhavam por conta própria e 56% dos homens que se encontravam na mesma posição era de cor branca. Já em 2003 esses valores se alteram para 54,36% e 52,18%, respectivamente. Com relação aos empregadores, verifica-se que, em 1997, acima de 60% das mulheres e dos homens era de cor branca e em 2003 acentua-se a proporção de brancos nessa categoria.

TABELA 1

Posição na ocupação segundo sexo e cor

		Mulher		Homem	
		Brancas	Não-Brancas	Brancos	Não-Brancos
Conta própria	1997	786	508	927	725
	2003	5.559	4.667	6.011	5.510
Empregador	1997	1.264	694	1.297	802
	2003	2.013	646	2.355	803

Fonte: ECINF/IBGE.

A tabela seguinte compreende a condição na família conforme a posição na ocupação. De acordo com esses dados, constata-se que, em 1997, aproximadamente, 33% e 26% dos trabalhadores auto-ocupados são chefes e cônjuges, respectivamente, sendo 40% e 35% dos empregadores encontram-se na mesma condição. Em 2003, por sua vez, 44% e 31% do primeiro grupo e 49% e 30% do segundo encontram-se, respectivamente, nessas condições na unidade domiciliar.

TABELA 2

Condição no domicílio, de acordo com posição na ocupação (%)

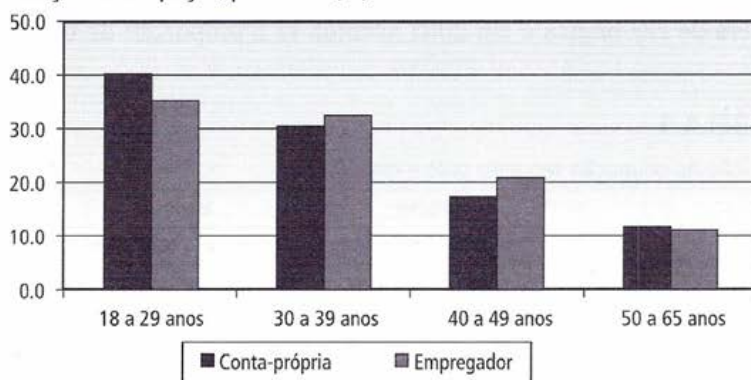
Condição na família	Conta-própria		Empregador	
	1997	2003	1997	2003
Chefe	33,30	43,91	39,67	49,16
Cônjuge	25,82	31,32	34,78	29,86
Filho	26,35	19,19	18,00	16,56
Outros	14,52	5,58	7,55	4,41

Fonte: ECINF/IBGE.

Os gráficos abaixo se referem à distribuição desses grupos ocupacionais de acordo com a idade. É possível observar que, em 1997, a maior parcela dos trabalhadores por conta própria e dos empregadores encontrava-se no grupo de 18 a 29 anos, o que corresponde a 40,52% e 35,24% desses profissionais, respectivamente, enquanto a menor parcela se encontra no grupo de 50 a 65 anos, o que equivale a 11,58% e 11,15% desses trabalhadores.

GRÁFICO 2

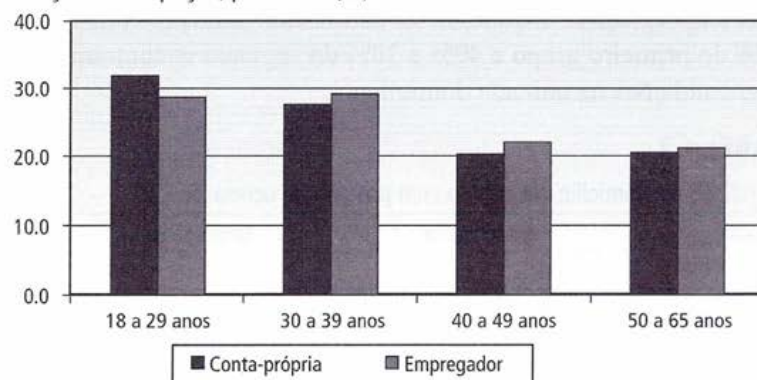
Posição na ocupação, por idade (%)



Fonte: ECINF – 1997.

GRÁFICO 3

Posição na ocupação, por idade (%)



Fonte: ECINF – 2003

Em 2003, verifica-se, por sua vez, um aumento na proporção de pessoas de 40 a 49 e de 50 a 65 anos em ambas ocupações e queda nos dois primeiros grupos etários. Esse resultado revela uma tendência ao envelhecimento da força de trabalho do setor informal e deflagra um quadro de aumento do desemprego de indivíduos em idade avançada no setor formal, o qual não consegue absorver essa mão-de-obra.

Com relação ao nível de instrução desses grupos, constata-se que, em 1997, a maior parte dos trabalhadores tinha o primeiro grau incompleto, o que equivale a 39,64% dos trabalhadores por conta própria e a 37,29% dos empregadores. Em seguida, verifica-se que 15,89% e 18,90%, respectivamente, tinham segundo grau completo.

Esse quadro se mantém em 2003, exceto para os empregadores, visto que é maior a proporção desses indivíduos com segundo grau completo, 32,74%. Além disso, observa-se que a proporção desses profissionais sem instrução é bastante reduzida (1,44%) e é expressiva a proporção desses profissionais com ensino superior concluído (12,36%). Estes dados revelam que é relativamente elevado o grau de qualificação desses trabalhadores, apesar do enfraquecimento do dinamismo do setor formal.

TABELA 3

Nível de instrução, por posição na ocupação (%)

Nível de instrução	Conta-própria		Empregador	
	1997	2003	1997	2003
Sem instrução	5,60	5,38	4,68	1,44
Sabe ler e escrever	5,83	3,76	6,08	1,89
1º grau incompleto	39,64	39,59	37,29	22,69
1º grau completo	12,25	13,86	13,54	12,87
2º grau incompleto	10,28	9,43	13,69	9,81
2º grau completo	15,89	18,57	18,90	32,74
Superior incompleto	2,57	2,76	1,89	6,19
Superior completo	7,93	6,65	3,92	12,36

Fonte: ECINF/IBGE.

Ressalta-se que, na literatura, a escolarização apresenta-se como um fator ambíguo, visto que indivíduos mais escolarizados apresentam melhores condições de ser bem-sucedidos nos empreendimentos (MACHADO et al., 2005; RISSMAN, 2003; NÉRI E GIOVANINI, 2005), mas, por outro lado, essas pessoas são menos propensas a migrarem para o setor informal em relação àqueles com menor nível de instrução (RISSMAN, 2003; BANCHFLOWER, 2004).

A Tabela 4 reporta a distribuição desses indivíduos segundo divisão macro e microrregional. Constata-se que, em 1997, a maior parte desses trabalhadores localizava-

se em áreas fora da região metropolitana, o que representa 51% e 61% para os conta própria e empregadores, respectivamente. O mesmo quadro se aplica para 2003, em que se verifica que 62,57% e 67,41% encontram-se na mesma situação.

Ao avaliar a distribuição desses segmentos de acordo com a classificação macro-regional brasileira, constata-se que, em 1997, as regiões Sudeste e Nordeste concentravam maior parte desses trabalhadores, ou seja, 43,14% e 29,73% dos trabalhadores por conta própria e 46,98% e 23,11% dos empregadores, respectivamente.

TABELA 4

Distribuição dos trabalhadores de acordo com macrorregiões e regiões metropolitanas

	Conta-própria – 97		Empregador – 97		Conta-própria – 03		Empregador – 03	
	Fora da RM	RM	Fora da RM	RM	Fora da RM	RM	Fora da RM	RM
Norte	79	32	174	49	1.201	391	255	63
Nordeste	486	389	644	293	4.150	1.473	746	294
Sudeste	487	784	1.009	897	4.921	5.054	1.598	1.117
Sul	301	167	290	174	2.238	1.013	974	372
Centro-Oeste	150	70	365	161	1.096	210	348	48

Fonte: ECINF/IBGE.

A mesma situação se aplica para 2003, exceto para os empregadores, visto que para essa categoria a região Sul assume o segundo lugar, concentrando 23,14% desses indivíduos, atrás da Sudeste, 46,69%.

B – Descrição dos Empreendimentos do Setor Informal

A próxima tabela refere-se ao tamanho do empreendimento, de acordo com o número de pessoas que trabalhavam no negócio. Verifica-se que, tanto em 1997 como em 2003, a maior parte dos empreendimentos realizados funcionava com até cinco trabalhadores. Constata-se, ainda, uma expansão dos empreendimentos realizados, em 2003, pelos autônomos que utilizavam até cinco trabalhadores, 99,70%, e daqueles efetuados pelos empregadores que utilizavam mais de cinco empregados, 15,25%.

TABELA 5

Tamanho do empreendimento, por posição na ocupação (%)

Quantidade de trabalhadores	Conta-própria		Empregador	
	1997	2003	1997	2003
Até cinco	93,04	99,70	99,20	84,75
Acima de cinco	6,96	0,30	0,80	15,25

Fonte: ECINF/IBGE.

A próxima tabela refere-se ao rendimento mensal por posição na ocupação, segundo oito intervalos de valores. Verifica-se que, aproximadamente, 28% dos trabalhadores por conta própria recebiam até R\$ 240,00 em 1997. Neste ano, parcela significativa desses trabalhadores recebia de R\$ 240,01 e R\$ 960,00, ou seja, 45,10%. Quanto aos empregadores, uma parcela um pouco menor recebia até R\$ 240,00 (15%), e a maior parte recebia até R\$ 960,00 (42,28%). Em 2003, 23,18% e 3,29% desses indivíduos recebiam até R\$ 240,00; e, novamente, a maior parte recebia até R\$ 960,00.

TABELA 6

Valores do rendimento por posição na ocupação (%)

Classes de valores de rendimento (R\$)	Conta-própria		Empregador	
	1997	2003	1997	2003
até 240,00	28,39	23,18	14,99	3,29
240,01 - 960,00	45,10	57,97	42,28	38,07
960,01 - 1.920,00	15,37	11,94	20,51	26,89
1.920,01 - 2.880,00	4,64	3,54	7,86	11,65
2.880,01 - 3.840,00	2,35	1,40	4,71	7,43
3.840,01 - 4.800,00	1,36	0,95	2,64	3,16
Acima de 4.800,01	2,80	1,03	7,01	9,51

Fonte: ECINF/IBGE.

Os próximos dados reportam a distribuição desses grupos de acordo com presença ou não de licenciamento e *status* de sindicalização. Nota-se que, em 1997, em torno de 21% dos trabalhadores por conta própria e 27% dos empregadores eram filiados a algum tipo de sindicato e que 45% e 58% dessas categorias, respectivamente, tinham licença para exercer a profissão. Além disso, constata-se que 81,69% dos autônomos e 87,11% dos empregadores eram sindicalizados e possuem licença, e, por outro lado, cerca de 65% do primeiro grupo e 53% do segundo não eram sindicalizados nem licenciados.

Esse resultado mostra-se bastante positivo dado que, de acordo com Neri e Giovanini (2005), o *status* de sindicalização propicia uma vantagem na hora de obter crédito e, nesse sentido, favorece não apenas a permanência em determinado ramo, mas também o sucesso do empreendimento.

TABELA 7

Posição na ocupação, segundo *status* de sindicalização e presença de licenciamento do empreendimento

		Sindicalizado		Não-sindicalizado	
		Licenciado	Não-licenciado	Licenciado	Não-licenciado
Conta-própria	1997	501	112	819	1.513
	2003	1.510	752	3.431	16.054
Empregador	1997	968	143	1.381	1.564
	2003	2.182	114	2.063	1.458

Fonte: ECINF/IBGE.

Em 2003, em torno de 10% dos auto-ocupados e 39% dos empregadores eram sindicalizados, e 23% e 73% desses trabalhadores, respectivamente, eram licenciados. De acordo com dados da PNAD/ IBGE, de 2001, a proporção da PEA ocupada é de 18,08%, o que leva a concluir que a proporção de empregadores filiados a sindicatos é relativamente alta e encontra-se, em 2003, acima da média nacional. Convém ressaltar que se fosse considerada a proporção de empregadores sobre a PEA esse número seria menor, o que não é o caso.

Verifica-se também uma queda na proporção de trabalhadores por conta própria, que possuíam os dois atributos, visto que atingem 66,76% desse grupo, e um acréscimo dos empregados que eram sindicalizados e licenciados, 95,03%. Com relação àqueles que não eram filiados a sindicatos e não possuíam licença, observa-se elevação no grupo dos auto-ocupados (82%) e queda no de empregadores (41%).

A próxima tabela compreende o grupo de atividade no qual o empreendimento está inserido. Em 1997, observa-se que os grupos que concentravam a maior parte dos negócios dos trabalhadores por conta própria era o de comércio e mercadorias (25,88%); serviços de reparação (24,43%); e serviços técnicos e auxiliares (13,25%). Por sua vez, dentre aqueles que menos absorvem essa mão-de-obra, encontram-se outros serviços (0,17%); serviços de transporte (5,34%); e indústria da transformação (7,85%).

Para os empregadores, verifica-se o grupo de serviços técnicos e auxiliares (21,41%); indústria da construção (20,31%); e comércio e mercadorias (18,84%) são os de maiores absorção para esses trabalhadores. Já, outros serviços (0,36%); serviços de transporte (4,45%); e serviços de alojamento e alimentação (9,28%) são os de menores concentração.

Em 2003, os grupos de maior absorção são: comércio e reparação (34,02%); construção civil (25,12%); e transporte, armazenagem e comunicações (10,52%) para os trabalhadores autônomos e para os empregadores são: comércio e reparação (43,98%); atividades imobiliárias (10,35%); e educação, saúde e serviços sociais (10,21%).

Por outro lado, outras atividades (2,65%); educação, saúde e serviços sociais (2,78%); serviços de alojamento e alimentação (4,93%); e atividades imobiliárias (5,31%) são atividades que se destacam por apresentar baixo grau de inserção de trabalhadores por conta própria. Quanto aos empregadores destacam-se outras atividades (1,73%); transporte, armazenamento e comunicação (4,43%); outros serviços coletivos (5,12%); e serviços de alojamento e alimentação (5,44%).

TABELA 8

Grupo de atividade da empresa, segundo posição na ocupação (%)

Grupo de atividade da empresa	Posição na ocupação	
	Conta-própria	Empregador
Indústria da transformação	7,85	10,42
Indústria da construção	11,55	20,31
Comércio de mercadorias	25,88	18,84
Serviços de aloj. e alimentação	11,54	9,28
Serviços de transporte	5,34	4,45
Serviços de reparação	24,43	14,92
Serviços técnicos e auxiliares	13,25	21,41
Outros serviços	0,17	0,36

Fonte: ECINF - 1997.

TABELA 9

Grupo de atividade da empresa, segundo posição na ocupação (%)

Grupo de atividade da empresa	Posição na ocupação	
	Conta-própria	Empregador
Ind. da transf. e extrativa	6,44	8,60
Construção civil	25,12	10,14
Comércio e reparação	34,02	43,98
Serviços de aloj. e alimentação	4,93	5,44
Transp., armaz. e comunicação	10,52	4,43
Atividades imobiliárias	5,31	10,35
Educ., saúde e serviços sociais	2,78	10,21
Outros serviços coletivos	8,22	5,12
Outras atividades	2,65	1,73

Fonte: ECINF - 2003.

Conforme observado por Rissman (2003), as atividades informais que concentram a maior parte de trabalhadores são aquelas em que é mínima a necessidade de capital inicial, ou seja, não há, ou há poucas, barreiras à entrada, uma vez que são os baixos custos do negócio.

Ressalta-se que, segundo Néri e Giovanini (2005), o acesso ao crédito é positivamente correlacionado com o fato de o indivíduo atuar no setor de comércio, o que consiste em um resultado positivo à medida que, conforme verificado, esse setor envolve parte considerável de ambos os grupos ocupacionais.

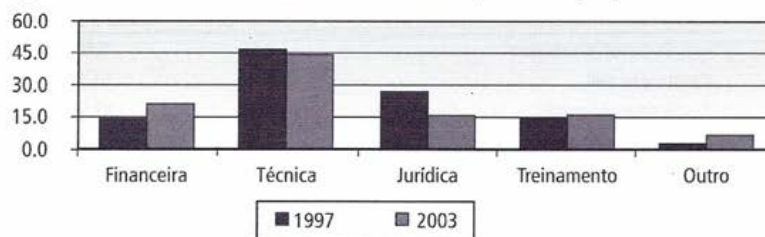
Ao analisar os dados referentes ao tipo de auxílio recebido se verifica que, em 1997, as principais formas de assistência recebidas por esses profissionais foram técnica; jurídica e de treinamento, as quais atenderam à cerca de 41%; 32% e 18% dos trabalhadores por conta própria; e 25%, 21% e 15% dos empregadores, respectivamente.

Já em 2003, os principais auxílios recebidos pelos trabalhadores auto-ocupados foram: técnico (43,53%); financeiro (20,56%); e jurídico (15,32%). Com relação aos empregadores, destaca-se a assistência técnica (39,36%); financeira (28,11%); e jurídica (20,24%). Por meio desses dados, observa-se que as formas de auxílio técnico e financeiro, principalmente, exercem influência considerável para o desenvolvimento do empreendimento desses trabalhadores.

Todavia, ressalta-se que apenas 3,23%, em 1997, e 5,58%, em 2003, desses trabalhadores receberam algum tipo de assistência.

GRÁFICO 5

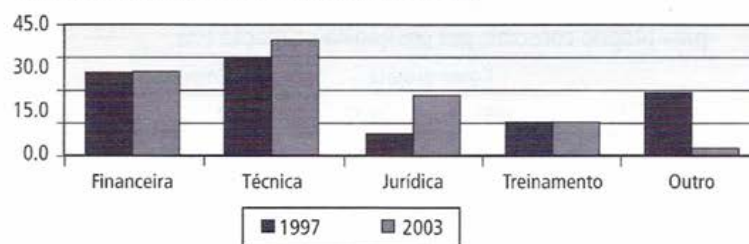
Tipo de assistência recebida de trabalhadores por conta própria



Fonte: ECINF/IBGE.

GRÁFICO 6

Tipo de assistência recebida de empregadores



Fonte: ECINF/IBGE.

Com relação à prestação de serviços via encomenda, observa-se que 54,41% dos trabalhadores por conta própria e 47,03% dos empregadores não desenvolviam a atividade dessa forma em 1997. Dos que trabalhavam por encomenda, cerca de 26% e 34%, respectivamente, afirmaram ser de dedicação exclusiva.

Em 2003, observa-se que a maior parte dos negócios não era realizada via encomendas em ambos os grupos ocupacionais, ou seja, 81,75% dos autônomos e 81,59% dos empregadores não prestavam esse tipo de serviço.

TABELA 10

Proporção dos empreendimentos por encomenda, segundo posição na ocupação (%)

	Conta-própria		Empregador	
	1997	2003	1997	2003
Não	54,41	81,75	47,03	81,59
Sim, exclusivamente	26,04	10,55	33,70	8,71
Sim, principalmente	14,88	3,36	13,47	3,99
Sim, parcialmente	4,66	4,34	5,80	5,70

Fonte: ECINF/IBGE.

A Tabela 11 refere-se à proporção de trabalhadores que utilizam parte da produção para próprio consumo. De acordo com esses dados, em 1997 apenas 12,49% dos trabalhadores por conta própria e 11,35% dos empregadores responderam afirmativamente a essa pergunta. Essa situação se repete em 2003, indicando que a maior parte dessas atividades não era voltada para consumo próprio.

TABELA 11

Proporção dos trabalhadores que utilizam parte da produção para próprio consumo, por posição na ocupação (%)

	Conta-própria		Empregador	
	1997	2003	1997	2003
Sím	12,49	17,56	11,35	26,65
Não	87,51	82,44	88,65	73,35

Fonte: ECINF/IBGE.

As próximas tabelas referem-se ao principal motivo que levou à dedicação do negócio. Pode-se observar que, em 1997, a falta de emprego e o desejo de adquirir independência foram os principais motivos declarados pelos trabalhadores por conta própria (22,74%) e pelos empregadores (26,96%), respectivamente. Observa-se ainda que uma proporção considerável dos trabalhadores por conta própria encontra-se nessa posição devido à necessidade de complementar a renda familiar, o que equivale a 13,25% desses indivíduos – conclusões essas que convergem com aquela discutida na literatura.

Em 2003, 36% dos auto-ocupados e 22% dos empregadores afirmaram ser a falta de emprego e independência, respectivamente, as principais causas da dedicação ao negócio. Além disso, verifica-se que a necessidade de complementar a renda familiar é ainda um fator importante para justificar a entrada no negócio, principalmente para os trabalhadores por conta própria, visto que 14,24% desses indivíduos afirmaram ser esse o principal motivo para atuar na atividade.

TABELA 12

Principal motivo que levou à dedicação ao negócio, segundo posição na ocupação (%)

Motivo	Conta-própria	Empregador
Não encontrou emprego	22,74	18,49
Oportunidade de fazer horário flexível	8,85	3,83
Adquirir independência	3,15	0,38
Tradição familiar	16,56	26,96
Complementar renda familiar	17,14	13,13
Experiência adquirida	13,25	8,62
Considerava negócio vantajoso	4,97	11,00
Outro	8,44	10,98
	4,89	6,53

Fonte: ECINF - 1997.

TABELA 13

Principal motivo que levou à dedicação ao negócio, segundo posição na ocupação (%)

Motivo	Conta-própria	Empregador
Não encontrou emprego	36,00	12,06
Oportunidade de fazer horário flexível	1,35	12,38
Adquirir independência	16,52	22,00
Tradição familiar	8,14	11,86
Complementar renda familiar	14,24	7,50
Experiência adquirida	7,59	13,80
Considerava negócio vantajoso	7,29	9,55
Trab. secund. e se tornou princ.	2,05	3,05
Outro	5,05	7,15

Fonte: ECINF – 2003.

De acordo com a tabela apresentada abaixo, observa-se que, tanto em 1997 como em 2003, a maior parte das atividades realizadas por ambos os grupos é desenvolvida fora do domicílio.

TABELA 14

Local onde as atividades são desenvolvidas, por posição na ocupação (%)

Local	Conta-própria		Empregador	
	1997	2003	1997	2003
Fora do domicílio	90,61	88,66	97,99	97,06
No domicílio e fora dele	9,39	11,34	2,01	2,94

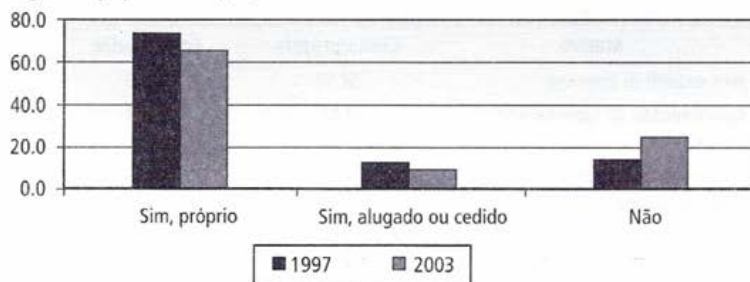
Fonte: ECINF/IBGE.

Os gráficos apresentados abaixo mostram a proporção de trabalhadores que utilizam algum tipo de equipamentos ou instalações para desenvolverem as atividades. Verifica-se que, em 1997, aproximadamente, 74% dos trabalhadores por conta própria utilizavam equipamentos próprios; 14% não utilizam e 12% utilizam alugados ou cedidos. Do mesmo modo, em 2003, detecta-se que a maior parte desses indivíduos utiliza equipamentos próprios e alugados.

Verifica-se também que, aproximadamente, 89% dos empregadores, em 1997, utilizavam equipamentos próprios; 8% utilizavam alugados, e apenas 3% não utilizavam. Já em 2003, constata-se que é significativamente maior a proporção daqueles que utilizavam equipamentos próprios.

GRÁFICO 7

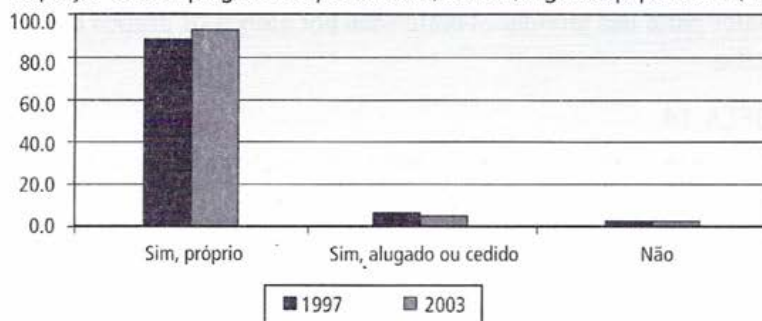
Proporção dos trabalhadores por conta própria que utilizam, ou não, algum equipamento (%)



Fonte: ECINF.

GRÁFICO 8

Proporção dos empregadores que utilizam, ou não, algum equipamento (%)



Fonte: ECINF.

Esses resultados também se mostram favoráveis, pois, de acordo com Néri e Giovanini (2005), o acesso ao crédito é positivamente correlacionado com o fato de o indivíduo utilizar equipamentos ou instalações, de tal modo que aumenta em duas vezes essa probabilidade em relação a quem não os utiliza.

A Tabela 15 mostra a principal origem do capital para desenvolver as atividades. Consta-se que, em 1997, 29,21% dos trabalhadores por conta própria utilizavam

recursos próprios para desenvolverem as atividades e que 24,19% desses indivíduos não precisaram de nenhum capital para desenvolver o negócio. Já em 2003 observa-se que a maioria desses profissionais não precisou de recursos, 36,92%, e que 33,88% utilizaram recursos próprios.

TABELA 15

Principal origem do capital, segundo posição na ocupação (%)

Origem	— Conta-própria		Empregador	
	1997	2003	1997	2003
Indenização	8,57	7,80	13,85	11,53
Herança	2,61	1,12	3,38	5,08
Poupança	15,52	5,50	15,01	12,36
Outros recursos próprios	29,21	33,88	34,63	36,49
Empréstimo de parente	7,37	7,20	6,75	12,21
Empréstimo bancário	0,68	1,71	0,92	2,49
Com outras empresas	1,56	1,38	1,15	1,11
Capital do sócio	6,03	1,53	2,36	5,41
Não precisou	24,19	36,92	19,98	10,90
Outra	4,25	2,97	1,98	2,41

Fonte: ECINF/IBGE.

Verifica-se também que 34,63% dos empregadores utilizaram recursos próprios como principal fonte de capital, em 1997. Essa proporção se mantém praticamente constante entre os anos analisados.

A Tabela 15 mostra ainda que é mínima, embora crescente, a proporção desses indivíduos que utilizaram empréstimos bancários para desenvolverem o empreendimento. Isso leva a crer que é ainda inexpressiva a participação de instituições de crédito para o desenvolvimento e sucesso dos pequenos empreendimentos.

II. ANÁLISE ECONOMÉTRICA

Essa seção visa apresentar uma análise econométrica do In do rendimento mensal do trabalhador por conta própria e do empregador avaliando o diferencial entre essas categorias, bem como a situação relativa da Região Nordeste em relação ao Brasil, amparando-se, para tanto, em atributos pessoais e relativos ao empreendimento. A regressão foi realizada com base no método de Mínimos Quadrados Ordinários e assume a seguinte especificação:

$$\ln \text{rendhor} = \hat{\beta}_1 + \hat{\beta}_2 \text{sexo} + \hat{\beta}_3 \text{cor} + \hat{\beta}_4 \text{idade} + \hat{\beta}_5 \text{idade2} + \hat{\beta}_6 \text{nqualif} + \hat{\beta}_7 \text{chefe} + \hat{\beta}_8 \text{metrop} + \\ \hat{\beta}_9 \text{local} + \hat{\beta}_{10} \text{equip} + \hat{\beta}_{11} \text{divida} + \hat{\beta}_{12} \text{sin d} + \hat{\beta}_{13} \text{afinac} + \hat{\beta}_{14} \text{recpropios} + \\ \hat{\beta}_{15} \text{grupativ} + \hat{\beta}_{16} \text{nordeste}$$

As categorias de referência das variáveis utilizadas no modelo são: mulher, não-brancos, possui acima de primeiro grau completo, não é chefe, localiza-se fora da região metropolitana, exerce atividades fora do domicílio, não utiliza equipamentos ou instalações para realizar a atividade, não possui dívida ativa, não é sindicalizado, recebeu outra forma de assistência que não coincide com financeira, principais formas de capital não foram recursos próprios, grupos de atividade diferentes de comércio e serviços e reside fora da Região Nordeste.

Entretanto, devido a problemas com a amostra de 1997 relacionados com o número de observações, não foi possível gerar essa regressão para esse ano. Assim, a análise econométrica foi realizada apenas para o ano de 2003.

Os resultados estão apresentados na Tabela 16. Constata-se que ser de cor branca e localizar-se na região metropolitana, implica uma variação percentual positiva de 42,79%³ e 16,87% no rendimento do trabalhador por conta própria em relação às categorias de referência. Por outro lado, ter apenas primeiro grau completo reduz em 37,26% o rendimento diante daqueles com nível de instrução mais elevado. Além disso, ser sindicalizado, ter recebido auxílio financeiro e atuar no setor de comércio ou serviços provoca um ganho de 29,66%, 67,93% e 9,67%, respectivamente, no rendimento em relação aos indivíduos que não apresentam essas características. Por outro lado, ter como principal fonte de capital recursos próprios e residir na Região Nordeste impacta negativamente o rendimento desse trabalhador, 16,30% e 29,15%, respectivamente.

Com relação aos empregadores, verifica-se que uma variação unitária na variável *idade* reflete em uma alteração de 4,57% no rendimento desses indivíduos, ser do sexo masculino e chefe de família implicam aumento de 16,9% e redução de 14,83%, respectivamente, no rendimento. A variável *nqualif* apresentou correlação negativa com essa variável de modo ter apenas primeiro grau completo provoca uma redução de 32,45% no rendimento. Além disso, residir na região metropolitana, utilizar equipamentos, utilizar recursos próprios, atuar no setor de comércio ou serviços implica as

³ Para calcular o efeito sobre a variável dependente, utiliza-se o antilog dado por $[\exp(\beta)-1] \times 100$.

⁴ A maioria das variáveis discutidas apresentou significância estatística ao nível de 5%, à exceção das variáveis *sexo*, *chefe*, *equip* e *grupativ*, analisadas para a categoria empregador, as quais foram significativas a 10%.

variações 31,61%, -36,89%, -20,21%, 14,67%, respectivamente, no retorno salarial.⁴

TABELA 16

Regressão do ln do rendimento/hora por posição na ocupação – 2003

Variáveis	R_2 – ajustado: 0.2415			R_2 – ajustado: 0.154		
	Número obs.: 1787			Número obs.: 592		
	Conta-própria			Empregador		
	Coefic.	D. Padrão	Dist. T	Coefic.	D. Padrão	Dist. T
sexo	0.06	0.05	1.11	0.16	0.09	1.70
cor	0.36	0.04	8.43	-0.04	0.09	-0.42
idade	-0.02	0.01	-1.42	0.04	0.02	2.03
idade2	0.0002	0.0002	1.35	-0.001	0.0003	-1.88
nqualif	-0.47	0.05	-8.91	-0.39	0.09	-4.50
chefe	-0.08	0.06	-1.38	-0.16	0.10	-1.66
metrop	0.16	0.04	3.58	0.27	0.08	3.60
local	-0.09	0.07	-1.32	0.01	0.18	0.07
equip	0.02	0.05	0.33	-0.46	0.25	-1.88
divida	0.05	0.05	0.92	0.12	0.08	1.54
sind	0.26	0.08	3.41	0.14	0.09	1.64
afinanc	0.52	0.12	4.33	0.07	0.10	0.66
recpropios	-0.18	0.05	-3.66	-0.23	0.10	-2.27
grupativ	0.09	0.04	2.28	0.14	0.08	1.77
nordeste	-0.34	0.05	-7.50	0.00	0.09	-0.04
_cons	1.51	0.24	6.30	1.16	0.49	2.37

Fonte: ECINF/IBGE – 2003.

III. CONCLUSÕES

O propósito deste trabalho é analisar os determinantes do sucesso do empreendimento de trabalhadores por conta própria e empregadores que atuam no setor informal da economia, amparando-se em uma avaliação do rendimento médio desses profissionais. A análise estende-se àqueles com idade de 18 a 65 anos, que possuem horas trabalhadas positivas e rendimento/hora não-nulo. Desse modo, procurou-se captar as disparidades existentes entre essas categorias, bem como de que forma determinadas variáveis atuam sobre o comportamento do rendimento médio de cada uma. Além da diferença entre os grupos ocupacionais, procurou-se mostrar o efeito da existência de disparidades regionais sobre o rendimento desses trabalhadores, focalizando-se, para tanto, sobre a Região Nordeste.

Conforme constatado, a maior parte dos trabalhadores inseridos no ramo informal é representada pelos homens, embora exista uma tendência à convergência entre os sexos. Ao analisar essa variável no modelo econométrico, verificou-se que ela exerce um efeito positivo expressivo sobre o rendimento do trabalhador, de modo que se confirma a existência de discriminação no mercado de trabalho por meio de características inerentes ao indivíduo.

Do mesmo modo, a variável *cor* apresentou uma correlação positiva com o rendimento/hora, indicando que o indivíduo de cor branca tende a ser mais bem-sucedido em seus empreendimentos em relação aos não-brancos. Da mesma forma, as variáveis *idade* e *metrop* apresentaram um reflexo positivo no rendimento desses trabalhadores.

Com relação ao nível de instrução, constatou-se que o trabalhador com apenas o primeiro grau completo sofre um decréscimo em seu salário em relação àquele cujo grau de escolarização é mais elevado. Esse resultado reflete o encontrado na literatura segundo o qual indivíduos mais escolarizados apresentam melhores condições de ser bem-sucedidos nos empreendimentos (MACHADO et al., 2005; NÉRI; GIOVANINI, 2005; RISSMAN, 2003).

De acordo com os resultados, observou-se que se o trabalhador localiza-se na região metropolitana e é sindicalizado, há um ganho em seu rendimento médio. Esses resultados podem estar refletindo o fato que, como na região metropolitana observa-se maior dinamismo em termos do padrão de consumo, há maior probabilidade de o indivíduo ser bem-sucedido em seu empreendimento, e quanto ao *status* de sindicalização, conforme verificado por Néri e Giovanini (2005), favorece o acesso ao crédito, o que permite não apenas se manter em determinada atividade, mas obter retornos positivos.

A variável *afinanc* mostrou-se positiva ao rendimento mensal do trabalhador, indicando que indivíduos que receberam esse tipo de auxílio tendem a ser mais bem-sucedido em relação aos que não receberam ou receberam outra forma de assistência.

Do mesmo modo, profissionais do comércio ou serviços tendem a auferir melhores rendimentos em relação àqueles que atuam em outros ramos (efeito captado pela variável *grupativ*). Por outro lado, aqueles indivíduos cuja principal fonte de capital são recursos próprios sofrem um decréscimo em seu rendimento.

Por fim, de acordo com a variável *nordeste*, constatou-se que indivíduos nessa região sofrem uma perda salarial em relação àqueles que residem em outras localidades, revelando, portanto, o efeito das disparidades regionais. Esse resultado reporta à

necessidade de criarem mecanismos, amparados por políticas sociais que visem amenizar essa situação e, desse modo, oferecer iguais oportunidades para todos.

IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTIGO, Mariângela Furlan; MACHADO, Ana Flávia; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de. *Evolução do diferencial de rendimentos entre setor formal e informal no Brasil: o papel das características não observadas*. In: XXXIV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. Salvador, 2006.

BLANCHFLOWER, David G. Self-employment: more may not be better. National Bureau of Economic Research. *Working Paper*, n. 10286. Fev. 2004.

CACCIAMALI, Maria Cristina. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. IPEA, São Paulo, 1983.

MACHADO, Ana Flávia. *Trabalhador por conta própria: heterogeneidade e desigualdade de renda em regiões metropolitanas*. Dissertação, Cedeplar, 1993.

MACHADO, Ana Flávia; PENIDO, Mariângela; OLIVEIRA, Jaqueline Maria de. *Análise de sobrevivência na posição de trabalhador por conta própria no Brasil metropolitano (1997 a 2001)*. In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO (ABET). Recife, 2005.

NÉRI, Marcelo Cortês; GIOVANINI, Fabiano da Silva. Negócios nânicos, garantias e acesso a crédito. *Revista de Economia Contemporânea*. v. 9, n. 3. Rio de Janeiro, set./dez. 2005.

NOORDERHAVEN, Niels G. Et al. *Self-employment out of dissatisfaction: na International Study*. Discussion Paper TI 99-089/3. Tinbergen Institute, Erasmus University Rotterdam. 1999.

RISSMAN, Ellen R. *Self-employment as an alternative to unemployment*. Federal Reserve Bank of Chicago. Fev. 2003.